

HABEAS CORPUS Nº 547.052 - SP (2019/0349529-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : MAURICIO HENRIQUE SACT MOURINO
ADVOGADO : MAURICIO HENRIQUE SACT MOURINO - SP252964
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAIK MOURA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **MAIK MOURA DA SILVA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática do delito tipificado no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003.

Neste *writ*, sustenta o impetrante excesso de prazo na formação da culpa, visto que o paciente encontra-se preso desde 24 de abril de 2019.

Pleiteia o relaxamento da prisão preventiva imposta ao paciente.

O pedido liminar foi indeferido.

Parecer do Ministério Público Federal pela denegação da ordem.

É o relatório.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Apesar da garantia constitucional que assegura às partes a razoável duração do processo e a celeridade na tramitação do feito (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal), esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que a demora para a conclusão dos atos processuais não pode ser verificada da simples análise dos prazos previstos em lei, devendo ser examinada de acordo com os princípios da razoabilidade e conforme as peculiaridades do caso concreto.

A propósito:

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. 1. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. 2. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE SOCIAL DO RECORRENTE EVIDENCIADA. ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO DE DROGAS. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. 3. RECURSO DESPROVIDO.

1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da

Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesadas as particularidades da causa.

2. Na espécie, não se constata o alegado constrangimento ilegal, pois o recorrente, preso cautelarmente em 17/11/2015, responde, juntamente com outro agente, a processo no qual se apura a prática de homicídio qualificado. Em 6/12/2016 a audiência de instrução e julgamento foi suspensa em virtude da não localização das testemunhas arroladas, tendo sido determinada a realização de diligências no sentido de localizá-las. A ação penal vem tramitando de forma regular, com último andamento processual realizado na recente data de 2/5/2017, determinando a designação de audiência de instrução e julgamento (continuação) para o dia 16 de agosto de 2017, às 13 horas, ficando intimado o Representante do Ministério Público e o Defensor Público dos réus, o que conduz à conclusão de que inexistente o alegado excesso de prazo para a formação da culpa, não havendo, na hipótese, desídia a ser atribuída ao órgão jurisdicional.

[...]

5. Recurso ordinário a que se nega provimento."

(RHC 80.701/AL, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017)

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO CAUTELAR. LATROCÍNIO TENTADO. DOIS RECORRENTES. CONHECIMENTO PARCIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. FUNDAMENTAÇÃO. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES. INADEQUAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL NÃO CARACTERIZADO. ENUNCIADO DE SÚMULA N. 52 DO STJ. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PLURALIDADE DE RÉUS. PERÍCIAS. QUEBRA SIGILO TELEFÔNICO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

[...]

6. O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ). (RHC 62.783/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 1º/09/2015, DJe 08/09/2015).

7. No caso, considera-se regular o prazo de tramitação do processo, tendo em vista a pluralidade de réus (4), representados por advogados distintos, com diversos pedidos de diligências, perícias, oitiva de testemunhas e quebra de sigilo telefônico, o que protraí, também, o andamento da ação penal. Ademais, a instrução processual está encerrada e o processo se encontra concluso para julgamento (sentença).

8. Ausente a alegada desídia da autoridade judiciária na condução da ação penal e presentes os requisitos autorizadores da custódia

cautelar, não há falar em constrangimento ilegal hábil a ser reparado por este Superior Tribunal de Justiça (Precedentes).

9. Recurso parcialmente conhecido e não provido."

(RHC 77.699/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 05/05/2017)

Sobre o andamento do processo, assim se manifestou a Corte de origem:

"Quanto ao alegado excesso de prazo na manutenção da prisão do paciente, este não merece acolhida, neste julgamento. Segundo as informações prestadas pelo Juiz a quo, e as cópias juntadas, o feito tem o andamento que suas peculiaridades permitem, e o prazo da instrução criminal se encontra, ainda, dentro do exigível, pois os fatos apurados ensejam análise severa e rigorosa. Se há um certo alongamento no lapso temporal na formação da culpa, isso não foi causado pelo Juízo. Se houve algum atraso, este se justifica em razão de oitivas serem determinadas e realizadas por precatórias, o que, como é sabido circunstâncias do caso concreto, à toda evidência, reclama e justifica prazos processuais mais dilatados para o caminhar dos atos processuais. Contudo, o que deve ser observado e deve prevalecer, neste momento, é o fato de observarmos que o Juízo a quo vem tomando as providências possíveis para o correto e célere andamento processual. No caso, a instrução, é forçoso convir, está ainda dentro do critério do razoável; ainda mais quando se verifica que o caso corre em Comarca com número insuficiente de Varas, com inegável pleora de serviços, o que, como também é sabido, dificulta o sempre perseguido rápido andamento processual, repita-se.

Ou seja, não há que se falar, por ora, em excesso de prazo na ultimação dos atos da formação da culpa, ou demora injustificada nos trâmites do processo.

Por certo, o excesso de prazo na instrução criminal poderá ocorrer se algum fato novo e relevante ocorrer após a análise e julgamento deste writ;

pois nesta data, a razoabilidade e a prudência recomendam a manutenção do cárcere, considerando-se tudo o que fora acima relatado e referido. Portanto, nesta data ainda não se entrevê o alegado excesso de prazo na formação da culpa. Este poderá ocorrer, repita-se. Mas isso ainda não ocorre.

Ante o exposto, denega-se o pedido de *habeas corpus*." (e-STJ, fls. 165-166)

No caso dos autos, observa-se, a partir das informações constantes do sítio eletrônico do Tribunal estadual e daquelas prestadas pela autoridade coatora, que o feito tem seguido a regular tramitação processual, uma vez que o processo esteve em constante movimentação, havendo apenas certa dilação temporal em razão da pluralidade de réus, com advogados distintos, com o delito ligado também para a prática do crime de roubo a um supermercado.

Assim, a demora contra a qual se insurge a defesa decorre não de desídia do Juízo, mas das particularidades do caso concreto e da sua complexidade, sendo necessária a realização de uma série de diligências, dentre as quais a expedição de cartas

precatórias.

Além disso, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem (Ação Penal n. 1500715-61.2019.8.26.0176), constata-se que não há delonga entre uma fase e outra do processo, sendo que a audiência de instrução foi designada a audiência para o dia 21/01/2020, o que demonstra que o Juízo de Primeiro Grau vem empreendendo esforços regulares para o andamento do feito.

Em 31 de janeiro de 2020, o Juízo Singular proferiu a seguinte decisão:

"Considerando a nova redação do artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, alterado pela Lei 13.964/19, passo a analisar a necessidade da manutenção da prisão preventiva decretada em desfavor dos réus FABIO JÚNIOR FERRAZ e MAIK MOURA DA SILVA. Os réus foram denunciados pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Há prova da materialidade (fls. 35) e indícios de autoria. Tal infração penal, dotada de gravidade relevante, possui natureza hedionda, além de ser crime de perigo e crime meio para delitos com gravidade ainda maior, a exemplo do repudiado crime de roubo, como tudo indica no presente caso, demonstrando a periculosidade exacerbada dos agentes. Além disso, Maik é reincidente (fls. 51/52) e Fabio, que contava com 18 (dezoito) anos na data dos fatos, possui duas passagens por ato infracional (fls. 46), tudo a indicar que, se colocados em liberdade, voltarão a delinquir a prisão se mostra necessária para a garantia da ordem pública, bem como para a garantia da aplicação da lei penal porque é possível que, uma vez postos em liberdade, se evada do distrito da culpa. Assim, não havendo outras circunstâncias que alterem a situação fático-jurídica *in casu*, evidenciado que insuficiente somente a fixação de medidas cautelares, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DOS ACUSADOS."

Diante disso, o tempo da segregação cautelar do paciente não se revela excessivo diante das circunstâncias do caso *sub examine*, não sendo possível vislumbrar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional a justificar a expedição de alvará de soltura em favor do acusado.

Ante o exposto, **não conheço** do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Relator